**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DAS DEFENSORAS E DEFENSORES PÚBLICOS**

Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, no Auditório da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Piauí, localizado na Casa de Núcleos, em Teresina-PI, reuniram-se, em Assembléia Geral Extraordinária, Presidida pelo Vice-Presidente da APIDEP, na condição de Presidente em exercício, Arilson Pereira Malaquias, os Associados da Associação Piauiense das Defensoras e Defensores Públicos-APIDEP em razão do chamamento contido no Edital de Convocação que segue anexo, de 09 de dezembro de 2019, conforme Lista de Presença que acompanha a presente ata. O Presidente em exercício manifestou-se inicialmente pela importância e necessidade da assembleia explicando o contexto no qual a convocação foi expedida quando havia liminar suspendendo a votação da PEC nº 03/2019 da Assembléia Legislativa do Estado do Piauí-ALEPI em Regime de Urgência, de forma que diante da revogação da medida liminar no Mandado de Segurança a movimentação que houve no dia de hoje na ALEPI ocasionou pauta de hoje que é a “participação política da APIDEP e mobilização contra o regime de urgência da PEC da Reforma da Previdência e proposta de Lei Complementar, daí a exiguidade de tempo para convocar a AGE no entanto as publicações foram feitas e tornado conhecido no grupo de Associados, motivo pelo qual a APIDEP se ressente de qualquer outra medida que se fizesse necessário para dar ainda mais conhecimento, registre-se. Em seguida o Presidente detalhou a pauta, explicando ser única mas não tão simples: existem dois projetos na ALEPI mas no momento didaticamente é impossível detalhar o texto da Proposta de Emenda à Constituição. Objetivamente a pauta da AGE é discutir qual será a participação política da APIDEP, como da categoria de uma forma em geral. Informou ainda que no Gabinete da Deputada Estadual Teresa Brito foi discutida a participação política das Classes, foi marcada uma reunião às 16h de hoje para organizar a participação na audiência pública marcada para amanhã, dia 11 de dezembro, de forma que a Classe de Defensores Públicos deve se articular para participar da aludida audiência pública. Os Deputados Estaduais de oposição ao Governo irão apresentar emendas aos projetos, tantos quantos forem em relação à classes, por isso a reunião às 16h com representantes das classes de servidores para discutirem as emendas, as 18 propostas de supressão ou modificação. Assim, nossa participação na audiência pública em razão do pedido das classes é muito importante porque a justificativa não é somente a retirada da urgência, pois será a oportunidade para discutir o próprio teor da PEC da Previdência. Outro ponto, prosseguiu o Presidente, diz respeito à mobilização das Categorias para paralisação amanhã, dia 11 de dezembro de 2019, como instrumento de pressão política ou mesmo na votação em plenário, por isso várias Categorias estão se mobilizando neste sentido, como por exemplo os Auditores Fiscais do Estado. O Presidente chamou a atenção para o número de membros da Defensoria Pública nos eventos na ALEPI, embora historicamente a Categoria tenha aprovado as medidas da APIDEP. **Então o Presidente lançou a pergunta aos Associados presentes: Qual medida política a Categoria vai adotar diante deste contexto ?**  Passou-se então às inscrições para as manifestações dos Associados presentes. O **Associado Leonardo Eric Pires de Melo** manifestou-se pela paralisação registrando o número de associados presentes na AGE, correspondendo mais ou menos a 20 % do número total de associados, indagando se essa decisão, caso seja pela adesão à paralisação, teria sentido se contar somente com 20% dos associados, do ponto de vista da efetividade ? até que ponto essa paralisação trará êxito ? sugerindo que o resultado da AGE seja apresentada aos demais Associados, e que sua posição pessoal é de que agora é o momento, uma segunda sugestão é de que as falas sejam divididas, observando que algumas categorias tem fala técnica acerca da matéria e outras tem fala política, motivo pelo qual os que detém fala técnica tenham mais tempo para falar. O Presidente logo esclareceu que dificilmente as Categorias queiram abrir mão do tempo de fala, pois se manifestam também para seus pares, de forma que informou que irá levar à Comissão que está reunida sugestão de estabelecer estratégias para a audiência pública. **A Associada Rosa Mendes Viana Formiga** com a palavra iniciou indicando os três pontos a serem analisados: participação na audiência pública, retirada do regime de urgência da PEC e a greve, expondo que a proposta dos Auditores Fiscais é a inversão, com a retirada do regime de urgência. Esclareceu que a audiência pública vai acontecer e que mesmo debatidos os 18 pontos de supressão ou modificação não se finalizará amanhã, manifestando-se pela participação na audiência pública de amanhã porque a retirada do regime de urgência é pouco provável. Em seguida o Presidente reforçou que o pedido de retirada do regime de urgência seja mantido. **Em seguida o Associado Wendel Damasceno Costa** usou da palavra falando sobre a importância dos Colegas se doarem mais e que de fato o Associado Eric Leonardo tem razão sobre serem referendadas as decisões da AGE neste dia, entendendo que a pressão pode reverter a situação, manifestando-se pela contribuição na ALEPI amanhã, dia 11/12/19, mesmo que comprometa alguma atividade, acatando o que decidido, firmando-se bandeira de luta da Categoria. **A Associada Gisela Mendes Lopes** registrou que embora acreditando que será aprovada a PEC há no projeto artigos prejudiciais e, embora defenda a greve, só a DPE fazendo não resolverá a situação, não terá efetividade. O ponto principal e objetivo da AGE é autorizar o Representante da APIDEP a, em uma reunião unificada, defender uma paralisação. Acredita ser importante participar da audiência pública contactando com os Deputados da oposição e trabalhar as emendas. **A Associada Haradja Michelliny Fretag** declarou que já saiu da ALEPI no dia de hoje desacreditada, e que de certa forma a retirada do regime de urgência ameniza os danos, dando-se a impressão de que poucos serão afetados pela reforma pois poucos estão agindo e participando. A adesão deve ocorrer e acompanhar o que foi deliberado, defende a paralisação amanhã, embora sensível aos Assistidos, e que também vê que se não agirmos a situação tende a piorar, por inércia, e o futuro estará em risco, é importante pensar na situação da classe e paralisar amanhã, embora não se possa entrar na sala onde será realizada a audiência pública. **Em seguida o Associado Igo Castelo Branco de Sampaio** pediu a palavra e reconheceu que houve um aumento do número de Defensores Públicos no movimento indagando O que fazer para amanhã ? O Presidente acredita que algum ponto ou artigo será retirado ? O Presidente respondendo esclareceu que não foi dito aos Deputados da oposição que algum ponto seria retirado, mas o Deputado Federal Fábio Abreu manifestou que os Policiais serão retirados da PEC. Continuando, o Associado indagou se ocorrerá paralisação para amanhã ou depois de amanhã em razão de outras questões: orçamento, suplementação. O Associado Wendel Costa indagou qual a medida de liberação para os membros participarem da audiência pública amanhã. Em seguida o Presidente falou sobre a proposição da Presidente Ludmilla Paes Landim de realização de Operação Tartaruga. Após as falas registradas, o Presidente indagou sobre encaminhamento. A **Associada Verônica Acioly** propôs atender somente demandas de urgência, típica do plantão. A **Associada Sara Melo** pediu esclarecimento sobre fechamento do órgão de execução, no que a Associada Verônica Acioly defendeu somente atender casos urgentes, que seriam atendidos no regime de plantão e o Presidente Arilson Malaquias manifestou-se que a APIDEP não pode influir em medida administrativa da instituição, esclarecendo que o que for deliberado na AGE será comunicado ao Exmo. Defensor Público-Geral. A **Associada Rosa Viana** falou da importância do debate técnico muito mais do que declarar uma paralisação, sendo apresentada proposta de não paralisação mas participar da audiência pública, devidamente anotada pelo Presidente. **O Associado Igo Castelo Branco de Sampaio** esclareceu que a decisão é importante para a proteção da classe. Em seguida o **Associado João Neto pediu encaminhamento e** indagou que concessão a Categoria estará autorizando a APIDEP a fazer. Presidente esclareceu que o encaminhamento é outro ponto, mas respondendo ao questionamento falou que a APIDEP não tem autorização para fazer concessões e que para a defesa da classe não se aceita a reforma estadual da mesma forma como não foi acatada pela classe a reforma em nível federal. Em seguida o Presidente definiu pontos para deliberação: 1)Realizar Paralisação para participação do evento dia 11 de dezembro de 2019 na ALEPI; 2)Não Paralisar e participar do evento no dia 11 de dezembro de 2019 na ALEPI. Perguntado: **Quem Vota a Favor da Paralisação amanhã dia 11 de dezembro de 2019 para participação dos eventos a serem realizados na ALEPI ? À Unanimidade, os Associados decidiram pela realização da paralisação no dia 11 de dezembro de 2019 para participarem da audiência pública na ALEPI, acatando-se a sugestão da Associada Verônica Acioly de resguardar os atos urgentes e necessários, bem como audiência de réus presos.** **Ficou prejudicada a proposta da Associada Rosa Viana.** Quanto ao encaminhamento do Associado João Neto, o Presidente explicou que pela dinâmica não tem como convalidar concessões, pois não temos o conteúdo do que seria mais caro à Categoria, mas se manifestará pela retirada de todos os pontos reivindicados, o acatamento de todas as 18 emendas dos Deputados da oposição e a retirada do regime de urgência, mas não estará negociando pois não tem legitimidade nem propriedade para tal medida. **O Associado Roberto Freitas** expressou que o regime de urgência é inaceitável por não permitir discutir com os Servidores Público a proposta, sendo uma irresponsabilidade dos Deputados. Por fim, encerrando a assembléia, o Presidente Arilson Malaquias disse que irá e fará o possível para que todos entrem na sala onde será realizada a audiência pública, indagando quem poderá ir com o Presidente, se dispondo os Associados Wendel Damasceno Costa e o Associado Roberto Freitas. Encerra-se a presente ata.­\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(Secretária da APIDEP).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Presidente da APIDEP

­